|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**

**Nome do curso**

**Local**

**Mês / Ano**



PRESIDENTA DA REPÚBLICA

**Dilma Vana Rousseff**

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

**Aloizio Mercadante**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Marco Antonio de Oliveira**

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

**Eduardo Antonio Modena**

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INFORMAÇÃO

**Whisner Fraga Mamede**

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**Luz Marina Aparecida Poddis de Aquino**

PRÓ-REITOR DE ENSINO

**Cynthia Regina Fischer**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

**Eduardo Alves da Costa**

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

**Wilson de Andrade Matos**

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS*

**\_\_\_\_\_\_\_Preencher\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

**Núcleo Docente Estruturante (NDE), Pedagogo e Colaboradores:**

Listar os participantes da elaboração, no mínimo o Núcleo docente Estruturante e o Pedagogo do Campus com as respectivas assinaturas

ÍNDICE

Solicita-se que este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) seja:

- impresso frente e verso;

- carimbado, rubricado e numerado na página da frente da folha;

- encaminhado em forma de Processo, via SIGA,

com um Memorando de encaminhamento do Diretor do *Campus*, atestando que o *campus* possui toda a infraestrutura necessária, assim como recursos humanos – corpo docente especializado e técnico-administrativo -, para abertura do curso.

- enviado à Pró-Reitoria de Ensino para análise e encaminhamentos, junto a uma cópia em mídia (arquivos em formato .doc e .pdf, e estrutura curricular em Excel).

Para reformulação de PPCs já implementados, seguem-se os mesmos procedimentos, além de justificar a necessidade de reformulação e indicar quais mudanças foram feitas em relação ao PPC original.

ORIENTAÇÕES:

# - Os textos podem ser sucintos, sendo necessário atentar para a correção ortográfica e gramatical do texto, evitando vícios de linguagem (como pleonasmo, clichê, prolixidade etc.);

# - Palavras estrangeiras (como “campus”, “e-mail”,...) devem ser escritas em tipo itálico;

# - Verificar a correta numeração das páginas no Índice;

# - Verificar a adequação pedagógica dos termos e uso de conceitos (por exemplo, evitando palavras como “nivelamento”, “reforço” e outras educacionalmente criticáveis);

# - Observar adequação semântica das palavras usadas (por exemplo, notar que a palavra “através” não pode ser usada no sentido de “por meio” ou afins, já que não comporta tais significados, eatentar para a escolha correta das palavras “este(a)” e “esse(a)”).

**ATUALIZAR PÁGINAS DO ÍNDICE E REMOVER ESTE COMENTÁRIO**

[1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 6](#_Toc360809299)

[1.1. Identificação do *Campus* 7](#_Toc360809300)

[1.2. Missão 8](#_Toc360809301)

[1.3. Caracterização Educacional 8](#_Toc360809302)

[1.4. Histórico Institucional 9](#_Toc360809303)

[1.4. Histórico do *Campus* e sua caracterização 12](#_Toc360809304)

[2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO 13](#_Toc360809305)

[3. OBJETIVOS DO CURSO 14](#_Toc360809306)

[Objetivo Geral 14](#_Toc360809307)

[Objetivo(s) Específico(s) 14](#_Toc360809308)

[4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 15](#_Toc360809309)

[5. FORMAS DE ACESSO AO CURSO 16](#_Toc360809310)

[6. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA 17](#_Toc360809312)

[7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 21](#_Toc360809316)

[7.1. Identificação do Curso 22](#_Toc360809317)

[7.2. Estrutura Curricular 23](#_Toc360809318)

[7.3. Representação Gráfica do Perfil de Formação 25](#_Toc360809319)

[7.4. Pré-requisitos*(Quando houver...)* 26](#_Toc360809320)

[7.5. Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena 27](#_Toc360809321)

[7.6. Educação Ambiental 28](#_Toc360809322)

[7.7. Disciplina de LIBRAS 29](#_Toc360809323)

[7.8. Planos de Ensino 30](#_Toc360809324)

[8. METODOLOGIA 32](#_Toc360809325)

[9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 33](#_Toc360809326)

[10.DISCIPLINAS SEMI-PRESENCIAIS E/OU A DISTÂNCIA 35](#_Toc360809327)

[11.TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 36](#_Toc360809328)

[12.ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 37](#_Toc360809329)

[13.ATIVIDADES COMPLEMENTARES *(Quando estiverem previstas…)* 38](#_Toc360809330)

[13. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS - AACC (PARA AS LICENCIATURAS) 40](#_Toc360809332)

[14.ATIVIDADES DE PESQUISA 42](#_Toc360809334)

[15.ATIVIDADES DE EXTENSÃO 43](#_Toc360809335)

[16.CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS 44](#_Toc360809336)

[17.APOIO AO DISCENTE 45](#_Toc360809337)

[18.AVALIAÇÃO DO CURSO 47](#_Toc360809338)

[19. EQUIPE DE TRABALHO 48](#_Toc360809339)

[20. BIBLIOTECA 53](#_Toc360809340)

[21. INFRAESTRUTURA 54](#_Toc360809341)

[22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56](#_Toc360809342)

[23. MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS 57](#_Toc360809343)

# IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**NOME:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**SIGLA:** IFSP

**CNPJ:** 10882594/0001-65

**NATUREZA JURÍDICA:** Autarquia Federal

**VINCULAÇÃO:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

**ENDEREÇO:** Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/Capital

**CEP**: 01109-010

**TELEFONE:**(11) 3775-4502 (Gabinete do Reitor)

**FACSÍMILE:**(11) 3775-4501

**PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:**[http://www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br/)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO**: gab@ifsp.edu.br

**DADOS SIAFI: UG:** 154158

**GESTÃO:** 26439

**NORMA DE CRIAÇÃO:** Lei nº 11.892 de 29/12/2008

**NORMAS QUE ESTABELECERAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO:** Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

**FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE:** Educação

# 1.1.Identificação do *Campus*

**NOME:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

***Campus*** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**SIGLA:** IFSP - **(sigla do *campus*)**

**CNPJ:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**ENDEREÇO:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**CEP:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**TELEFONES**: ( )\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; ( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**FACSÍMILE:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**DADOS SIAFI: UG:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

**GESTÃO: 26439**

**AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO:** *\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

# 

# 1.2. Missão

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

# 1.3. Caracterização Educacional

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Esse tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano. Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo, como consta no PDI institucional.

# 1.4. Histórico Institucional

O primeiro nome recebido pelo Instituto foi o de Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Criado em 1910, inseriu-se dentro das atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito. Os primeiros cursos oferecidos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da Instituição foi alterado para Liceu Industrial de São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Um Decreto posterior, o de nº 4.127,também de 1942, deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos.

Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalaçõespróprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições.Posteriormente, em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

Por sua vez, a denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após 23 anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas – UNEDs, sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho.

Já no segundo mandatodoPresidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na Unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O CEFET-SP transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº11.892, sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.

Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica, Escola Técnica Federal e CEFET), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP – que atualmente conta com 28*campi* – contribui para o enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo e para o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada *campus*. Atua também na pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e na democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

**RELAÇÃO DOS *CAMPI* DO IFSP**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***Campus*** | **Autorização de Funcionamento** | **Início das Atividades** |
| São Paulo | Decreto nº. 7.566, de 23/09/1909 | 24/02/1910 |
| Cubatão | Portaria Ministerial nº. 158, de 12/03/1987 | 01/04/1987 |
| Sertãozinho | Portaria Ministerial nº. 403, de 30/04/1996 | 01/1996 |
| Guarulhos | Portaria Ministerial nº. 2.113, de 06/06/2006 | 13/02/2006 |
| São João da Boa Vista | Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20/12/2006 | 02/01/2007 |
| Caraguatatuba | Portaria Ministerial nº. 1.714, de 20/12/2006 | 12/02/2007 |
| Bragança Paulista | Portaria Ministerial nº. 1.712, de 20/12/2006 | 30/07/2007 |
| Salto | Portaria Ministerial nº. 1.713, de 20/12/2006 | 02/08/2007 |
| São Carlos | Portaria Ministerial nº. 1.008, de 29/10/2007 | 01/08/2008 |
| São Roque | Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008 | 11/08/2008 |
| Campos do Jordão | Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010 | 02/2009 |
| Birigui | Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Piracicaba | Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Itapetininga | Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Catanduva | Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Araraquara | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Suzano | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Barretos | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 2º semestre de 2010 |
| Boituva | Resolução nº 28, de 23/12/2009 *(Avançado)*  Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013 | 2º semestre de 2010 |
| Capivari | Resolução nº 30, de 23/12/2009 *(Avançado)*  Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013 | 2º semestre de 2010 |
| Matão | Resolução nº 29, de 23/12/2009 *(Avançado)*  Portaria Ministerial nº 330, de 23/04/2013 | 2º semestre de 2010 |
| Avaré | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 1º semestre de 2011 |
| Hortolândia | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 1º semestre de 2011 |
| Registro | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 1º semestre de 2011 |
| Votuporanga | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 1º semestre de 2011 |
| Presidente Epitácio | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 1º semestre de 2011 |
| São José dos Campos | Portaria Ministerial n.º 330, de 23/04/2013 | 2.º semestre de 2012 |
| Campinas | Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010 | 2º semestre de 2013 |

# 1.4. Histórico do *Campus* e sua caracterização

Cada *campus* desenvolve o seu, em consonância com o histórico do IFSP.

Escrever (brevemente) alguns parágrafos relatando a criação do *campus*, sua atuação, a implementação e o desenvolvevimento dos cursos ofertados e atividades desenvolvidas (ensino, pesquisa, extensão…)

# JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

Esse item é fundamental, uma vez que apresenta o motivo de o curso estar sendo proposto pela Instituição (a qual deve primar pelo interesse público) na cidade onde o *campus* está localizado. Não é, portanto, um item meramente *pro forma*, mas deve ser considerado como crucial e corresponder à preocupação primeira, tendo em vista a ética e a legalidade como princípios.

Deverá contemplar as razões que levam o *campus* a propor a oferta do curso. A proposta do curso terá que ser coerente com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)do IFSP.

Explicitar as demandas efetivas de natureza econômica e social, ou seja, o desenvolvimento econômico e a demanda do setor produtivo da região, a partir de dados estatísticos oficiais. Além disso, considerar a população do ensino médio e técnico regional, compatibilizando as demandas do potencial local e as expectativas da comunidade.

Ressalta-se a importância de serem feitas pesquisas locais - com representantes de empregadores, de trabalhadores, de associações de classe, sindicatos, pesquisadores na área, dentre outros, investigando cenários e tendências das profissões na   
área. Da mesma forma, poderão ser realizadas audiências públicas, nas quais todos os segmentos da sociedade sejam escutados, no intuito de desencadear um debate sobre a educação e a função social do IFSP e seus *campi* nas diversas regiões do estado, privilegiando o conhecimento social e a revisão coletiva das intenções educativas.

Destacar a oferta de cursos da mesma área na região do *campus*, e, com isso, a necessidade e importância da proposta.

Finalizar ressaltando as condições do campus para implementação do curso: infraestrutura necessária, corpo docente especializado, conhecimento desenvolvido na área de atuação do curso…

No caso de reformulação este ítem também deve apresentar a justificativa para a mudança do curso considerando-se as necessidades locais e pedagógicas. Salienta-se que, para efeito de procedimentos, uma reformulação é considerada como um novo curso.

# OBJETIVOS DO CURSO

# Objetivo Geral

O objetivo geral é uma proposta clara do que se deseja alcançar como resultado da atividade educativa desenvolvida no curso, coerente com a Justificativa, o Perfil Profissional do Egresso (competências), a Organização Curricular e o Projeto Pedagógico da Instituição.

# Objetivo(s) Específico(s)

Elaborar objetivos mais precisos e detalhados.

# 4.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Este item deverá expressar as competências do egresso, com o perfil profissional esperado, definido de acordo com a identidade e concepção do próprio curso.

Deverão ser utilizados as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso e/ou Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que podem ser obtidos no endereço eletrônico: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br/).

Importante:*o texto do perfil deve ser colocado no tempo presente e referir-se ao profissional formado (ex.: “O licenciado em Geografia é capaz de...” / “O tecnólogo atua… / implanta / elabora…”) - Não referir-se ao profissional que se pretende formar (ex.: “O tecnólogo em informática deve ser capaz de...”) ou ao objetivo do curso (ex.: “O curso de licenciatura em matemática pretende formar profissionais capazes de...”).*

**O perfil deve ter, no máximo, 1.000 caracteres. Ele será cadastrado no módulo Nambei/CTP e para ser impresso no histórico de todos os alunos.**

# 5. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

# Definir a forma de acesso ao curso como: processo seletivo, transferência (conforme as normas acadêmicas) e legislação vigente.

Obs.: Não estabelecer ingresso por “concorrência geral” ou termos equivalentes, uma vez que a legislação em vigor prevê reserva de vagas (“cotas”).

# Sugere-se:

Para acessoao curso superior de Xxxxxxxxxxxxxx, o estudante deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente.

O ingresso ao curso será por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de responsabilidade do MEC, e processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de edital específico, a ser publicado pelo IFSP no endereço eletrônico *www.ifsp.edu.br*.

Outras formas de acesso previstas são: reopção de curso, transferência externa, ou por outra forma definida pelo IFSP.

# 

# 6. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Neste item é apresentada a fundamentação legal do curso. Faz-se necessário, além de utilizar fundamentação indicada abaixo, verificar no MEC a existência de legislações mais recentes ou condizentes com cursos que não constem abaixo. Para isso verificar o site http://meclegis.mec.gov.br/

**Fundamentação Legal: comum a todos os cursos superiores**

- LDB:[Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- ACESSIBILIDADE:[Decreto nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)*-* Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- ESTÁGIO:[Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm), que dispõe sobre o estágio de estudantes.

[Portaria nº. 1204/IFSP, de 11 de maio de 2011](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/116-estgio.html), que aprova o Regulamento de Estágio do IFSP.

## -Educação das Relações ÉTNICO-RACIAIS e História e Cultura AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: [Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf#_blank)

## 

## -EDUCAÇÃO AMBIENTAL : [Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm) - Regulamenta a [Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

## 

## -Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): [Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) *-* Regulamenta a [Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da [Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)

- [Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm), institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

- [Portaria MEC n.º40, de 12 de dezembro de 2007](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf), reeditada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superiorno sistema federal de educação, entre outrasdisposições.

- [Resolução CNE/CES n.º3, de 2 de julho de 2007](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf) - Dispõe sobre procedimentos a seremadotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

* **Legislação Institucional**

- Regimento Geral: [Resolução nº 871, de 04 de junho de 2013](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html?download=6873%3Aresolucao-no-871-de-04-de-junho-de-2013)

- Estatuto do IFSP:[Resolução nº 872, de 04 de junho de 2013](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html?download=6797%3Aresolucao-no-872-de-04-de-junho-de-2013).

- Projeto Pedagógico Institucional: [Resolução nº 866, de 04 de junho de 2013.](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html?download=6792%3Aresolucao-no-866-de-04-de-junho-de-2013)

- Organização Didática:[Resolução nº 859, de 07 de maio de 2013](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html?download=6903%3Aresolucao-no-859-de-07-de-maio-de-2013)

- [Resolução n.° 283, de 03 de dezembro de 2007](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/81-2007.html?download=550%3Aresoluo-n.-283),do Conselho Diretor do CEFETSP, que aprova a definição dos parâmetros dos planos de cursos e dos calendários escolares e acadêmicos do CEFETSP (5%).

- Resolução nº 373/08, de 05/08/2008, delega competência ao Diretor de Ensino para analisar e emitir parecer sobre sugestão de alteração em projetos de cursos.

**6.1. Para os Cursos de Licenciatura**

* [Parecer CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf)  
  Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
* [Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)   
  Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
* [Resolução CP/CNE nº 2, de 18 de fevereiro de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf)  
  Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Sugere-se consultar, também, o “Perfil do Profissional”, os possíveis “Temas Abordados na Formação” e a “Infraestrutura Recomendada para o Curso” em:

<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=licenciaturas>

* **Licenciatura em Ciências Biológicas:**

[Parecer CNE/CES nº 1.301, de 6 de novembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf)

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)

[Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES07-2002.pdf)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura)

* **Licenciatura em Física:**

[Parecer CNE/CES nº 1304, de 6 de novembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf)  
Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física.

[Resolução CNE/CES nº 9, de 11 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES09-2002.pdf)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física.

* **Licenciatura em Geografia:**

[Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf)

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

[Parecer CNE/CES n.º 1.363, de 12 de dezembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf)

Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

[Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf)  
Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

* **Licenciatura em Letras:**

[Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf)

Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

[Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1363.pdf)

Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

[Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

* **Licenciatura em Matemática:**

[Parecer CNE/CES nº 1.302, de 6 de novembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf) - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura.

[Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces032003.pdf)–

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Matemática.

* **Licenciatura em Química:**

[Parecer CNE/CES n.º 1.303, de 6 de novembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf)

Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química

[Resolução CNE/CES Nº 8, de 11 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química

**6.2. Para os Cursos de Tecnologia**

[Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf)

Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.

[Parecer CNE/CP n.º 29, de 3 de dezembro de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf)

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

[Resolução CNE/CP n.º 3, de 18 de dezembro de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

[Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces277_06.pdf)

Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

[Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf)

Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

Catálogo Nacional dos Cusos Superiores de Tecnologia - Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&view=article>

**6.3. Para os Cursos de Bacharelado (Engenharia)**

[Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf" \t "_blank)

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

[Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf)

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

**Engenharia**

[Parecer CNE/CES n.º 1.362, de 12 de dezembro de 2001](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1362.pdf)

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia.

[Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia - Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/referenciais2.pdf>

# 7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

*O currículo deverá assegurar a construção das competências gerais devidamente contextualizadas para o curso, bem como as competências específicas identificadas pela Instituição.*

*Tomando o PDI do IFSP como eixo norteador, é importante destacar que a formulação, organização e sequência do conhecimento escolar deverão estar integradas a uma visão de cultura, de educação e de currículo global e integral, no qual se deva evitar a perspectiva conteudista.*

*Assim, este item deve destacar, inicialmente, os pressupostos teóricos e metodológicos da proposta pedagógica, abrangendo o conjunto de conteúdos comuns, específicos e eletivos, projetos, experiências, trabalhos, atividades e estágios, relacionados à formação profissional e integral do estudante, de acordo com as DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO e o CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA.*

*Depois, faz-se uma apresentação do curso, explicitando seu nome, a estruturação semestral, a duração em semestres e integralização mínima e máxima. Deve-se indicar a carga horária total do curso, descrevendo as atividades previstas para sua totalização: disciplinas obrigatórias / eletivas / optativas, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades Complementares, Estágio Supervisionado, e tudo o que estiver previsto como atividade para o curso.*

*É importante destacar os aspectos de:*

*- flexibilidade;*

*- interdisciplinaridade;*

*- articulação da teoria com a prática;*

*- compatibilidade da carga horária total (em horas).*

# 7.1. Identificação do Curso

Exemplo:

*Apresentar também um quadro mostrando as possíveis totalizações de carga horária, de acordo com todas as atividades previstas para o curso, inclusive as optativas, conforme o exemplo de um curso de Tecnologia abaixo:*

|  |  |
| --- | --- |
| **Curso Superior: LICENCIATURA EM \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** | |
| *Campus* | Xxxxxxxxxx |
| Período | (Matutino / Vespertino / Noturno / Integral) |
| Vagas semestrais | 40 vagas |
| Vagas Anuais | 80 vagas |
| Nº de semestres | 8 semestres |
| Carga Horária  Mínima Obrigatória | 2.800 horas |
| Duração da Hora-aula | 45 ou 50 minutos |
| Duração do semestre | 19 ou 20 semanas |

Dependendo da opção do estudante em realizar os componentes curriculares não obrigatórios ao curso, tais como estágio supervisionado, disciplina de Libras e atividades complementares, teremos as possíveis cargas horárias apresentadas na tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Cargas Horárias possíveis para o curso de Tecnologia(exemplo)** | **Total de horas** |
| **Carga horária mínima**: Disciplinas obrigatórias | **2.100h** |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Estágio | 2.300h |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Libras | 2.133,33 h |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Atividades Complementares | 2.180 h |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Estágio + Libras | 2.333,33 h |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Estágio + Atividades Complementares | 2.380 h |
| Disciplinas obrigatórias + TCC + Libras + Atividades Complementares | 2.213,33 h |
| **Carga horária máxima**: Disciplinas obrigatórias + TCC + Estágio + Atividades Complementares + Libras | **2.413,33 h** |

# 7.2. Estrutura Curricular

Inserir aqui a estrutura curricular, de acordo com a referência específica do curso (Tecnologia, Licenciatura ou Bacharelado), conforme apresentado nas páginas a seguir:

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES – ESTRUTURA CURRICULAR:

- Componentes Curriculares: disciplinas devem ter nomes curtos e sem abreviações, atentando para a correção ortográfica (acentuação etc.) e gramatical (vírgulas, concordâncias, crases etc.) dos nomes das disciplinas.

- Evitar a disposição de disciplinas em sequência (como Projeto I, Projeto II, Projeto III…) nos casos em que não houver continuidade entre os conteúdos, quando a anterior não é pré-requisito para a próxima. *Nestes casos, dispor como “Introdução a Projetos”, Elaboração de Projetos”, “Execução de Projetos”… por exemplo.*

- Códigos: os códigos das disciplinas devem ter 5 caracteres (posições alfanuméricas). *Pode-se padronizar que as 03 primeiras posições dizem respeito à disciplina, a 4ª letra simboliza o curso e a final o semestre/módulo. ex. ED1A2 – ESTRUTURA DE DADOS 1 do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (A), no 2° semestre(2).*

- Teoria/Prática: indicar se a disciplina é teórica (T), prática (P) ou teórica e prática (T/P). Em geral, para as disciplinas Práticas ou T/P, indicam-se 2 professores no Número de Professores.

- Total de aulas: nesta coluna deve-se multiplicar o número de aulas semanais pelo número de semanas previstas por semestre (19 ou 20), obtendo-se o total de aulas de cada disciplina.

- Total de horas: multiplica-se o total de aulas pela duração das aulas (45 ou 50 minutos) e divide-se por 60 minutos, para obter o número em horas. Deve-se utilizar apenas uma casa decimal.

**- Observar se o total de horas das disciplinas do curso corresponde ao mínimo estabelecido para o curso, e, no máximo, mais 5% do previsto (conforme Resolução IFSP Nº 283/2007).**

Se o curso prever disciplinas ELETIVAS (obrigatórias) e/ou OPTATIVAS (facultativas), consultar a “Organização Didática” para orientação.

As disciplinas optativas, assim como as atividades optativas/facultativas *(previstas no PPC – como Atividades Complementares, Estágio Supervisionado… se for o caso)*, devem ser indicadas ao fim da estrutura curricular, compondo a carga horária máxima do curso, além do mínimo obrigatório previsto.

**ATENÇÃO: O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não pode ser considerado como disciplina, visto que já deve haver carga horária específica prevista para sua realização. Pode-se criar disciplinas como “Metodologia do Trabalho Científco”; “Elaboração de Trabalhos Acadêmicos”; “Projeto Integrador” que prevejam também a orientação do TCC. Da mesma foram, o Estágio não pode ser considerado como disciplina.**

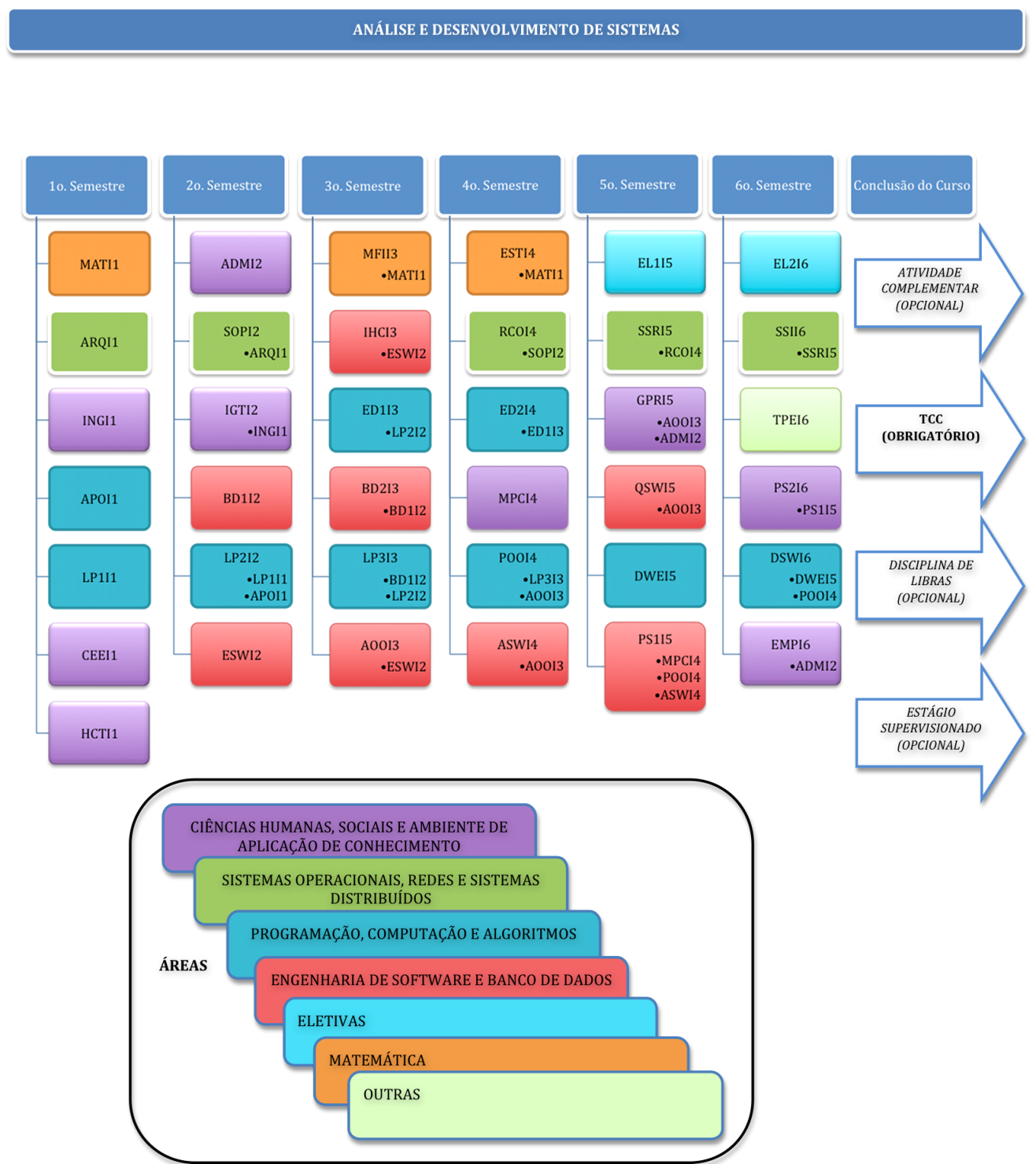




**7.3. Representação Gráfica do Perfil de Formação**

|  |
| --- |
| *Representação de uma possibilidade formativa do curso/plano de integralização da carga horária do curso. Deve conter os semestres da matriz curricular em sequência e indicar as certificações intermediárias, quando houver. Incluir, também, o TCC, o Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares / AACCs, se estiverem previstas. Elaborar em forma gráfica, com esquema, indicando o itinerário formativo e a carga horária.* |

*EXEMPLO: Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso de*

*Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas*

# 7.4. Pré-requisitos*(Quando houver...)*

|  |
| --- |
| *Indicar, em uma TABELA, as disciplinas do curso que prevêem outras disciplinas como pré-requisitos, apresentando quais são elas.*  ***Recomenda-se atentar se a indicação de pré-requisitos não inviabiliza o percurso formativo dos estudantes, prejudicando a evolução e a integralização do curso.*** |

## 7.5. Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Conforme determinado pela Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*,as instituições de Ensino Superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas, objetivando promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, no seio dasociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas,rumo à construção da nação democrática.

Visando atender à essas diretrizes, além das atividades que podem ser desenvolvidas no *campus* envolvendo esta temática, algumas disciplinas do abordarão conteúdos específicos enfocando estes assuntos.

*Explicitar a(s) disciplina(s) do curso que trabalharão com esta temática, como,*

*por exemplo:*

Assim, a disciplina XXXXX (sugestão “***Leitura e Produção de Texto***”) promoverá, dentre outras, a compreensão da diversidade cultural por meio da leitura e interpretação de textos, bem como a promoção de debates acerca da diversidade étnica e linguística brasileira. A disciplina XXXX (sugestão“***História da Ciência e da Tecnologia”),*** também apresenta, como um de seus conteúdos, a influência da cultura afro-brasileira e indígena no desenvolvimento econômico-social atual, na perspectiva da Ciência e da Tecnologia.

Não esquecer de escrever na ementa os respectivos conteúdos e referências bibiográficas.

OBS.: Este item é um REQUISITO LEGAL no processo de reconhecimento do curso.

## 7.6. Educação Ambiental

Considerando a Lei nº 9.795/1999, que indica que “*A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal*”, determina-se que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente também no ensino superior.

Com isso, prevê-se neste curso a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo tranversal, contínuo e permanente (Decreto Nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, desenvolvendo-se este assunto nas disciplinas \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_e em projetos, palestras, apresentações, programas, ações coletivas, dentre outras possibilidades.

*(Citar ações/atividades que já são desenvolvidas no* campus*sobre as “Políticas de educação ambiental”, como por exemplo: projetos de coleta seletiva do lixo, reaproveitamento e reciclagem, uso racional dos recursos, preservação ambiental, etc…)*

Não esquecer de escrever na ementa os respectivos conteúdos e referências bibiográficas.

OBS.: Este item é um REQUISITO LEGAL no processo de reconhecimento do curso.

## 7.7. Disciplina de LIBRAS

De acordo com o Decreto 5.626/2005, a disciplina “Libras” (Língua Brasileira de Sinais) deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos Licenciatura, e optativa nos demais cursos de educação superior.

Assim, na estrutura curricular deste curso, visualiza-se a inserção da disciplina LIBRAS, conforme determinação legal.

*Para os cursos de Tecnologia e Bacharelados, a disciplina LIBRAS deve ser indicada ao fim da estrutura curricular, como optativa, sem estar associada a um semestre específico, (como na estrutura “modelo”), devendo ser ofertada aos alunos ao longo do curso, ao menos uma vez para cada turma ingressante.*

*Para os cursos de Licenciatura, esta disciplina deve constar na estrutura curricular, obrigatoriamente, em um dos semestres do curso.*

OBS.: Este item é um REQUISITO LEGAL no processo de reconhecimento do curso.

## 7.8. Planos de Ensino

|  |  |
| --- | --- |
|  | ***CAMPUS***  *(denominação)* |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **1- IDENTIFICAÇÃO**  **CURSO:**  **Componente Curricular:(denominação da disciplina)** | | |
| **Semestre:** | **Código:**05 posições alfanuméricas.  *Pode-se padronizar que as 03 primeiras posições dizem respeito à disciplina, a 4ª letra simboliza o curso e a final o semestre/módulo. ex. ED1A2 – ESTRUTURA DE DADOS I do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (A), no 2° semestre(2).* | |
| **Nº aulas semanais:** | **Total de aulas:**  *(Aulas semanais x semanas)* | **Total de horas:**  *(Total de aulas x 50 / 60)*  *(Para aulas de* ***50*** *min.)* |
| **2 - EMENTA:**  A ementa deve expressar o significado do componente curricular, com um texto contínuo e discursivo, explicitando os eixos principais da disciplina e qual sua contribuição para o formação do aluno no curso.  *Ex.: “A disciplina aborda...” / “O componente curricular trabalha...”/ “Desenvolvimento de temas…” / “Estudo de…” / “Caracterização de…” / “Conhecimentos de…” / “Aspectos…” / “Noções de…”*  Obs.: Ressalta-se que é importante evitar apresentá-la como um rol de conteúdos, pois este será apresentado na parte destinada aos Conteúdos Programáticos. | | |
| **3 - OBJETIVOS:**  (São os propósitos do componente curricular, isto é, aquilo que se pretende alcançar. Para serem descritos de maneira simples, deixando clara a ação pretendida, os objetivos devem iniciar com o verbo no infinitivo. Evidencia-se que o objetivo deve indicar a competência ou habilidade que o aluno deve desenvolver, na perspectiva da aprendizagem e formação de habilidades cognitivas, procedimentais, sociais...  *Ex.: “ Conhecer os processos de produção da humanidade e suas relações com o trabalho, a ciência e a tecnologia.*  *- Refletir sobre os impactos da ciência e da tecnologia nas várias etapas da história da civilização.*  *- Analisar a Ciência e a Tecnologia no âmbito do desenvolvimento econômico-socialatual.”)* | | |
| **4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**  (Organizar como lista, com títulos – e subtítulos, quando houver – dos assuntos/temas a serem trabalhados, separados em linhas hierarquizadas e separadas por “;”).  Não usar palavras como “optativo”, “se der tempo” ou afins para classificar conteúdos como opcionais (A princípio, todo conteúdo aqui listado será obrigatório na disciplina). | | |
| **7 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**  (Elencar no mínimo 3 (TRÊS) títulos de referência básica para a disciplina, atentando para que estejam disponíveis na biblioteca em uma proporção de um livro para cada quatro alunos*).*  Coleções com diferentes volumes (ex. “NUSSENSVEIG, H. M. **Física Básica ...**”, que tem volumes 1, 2, 3 e 4) podem ser listadas considerando-se cada volume como um título. No entanto, não é possível listar todos os volumes de uma mesma coleção como itens distintos da Bibliografia de uma disciplina cujo conteúdo é contemplado em apenas um dos volumes dessa coleção. | | |
| **8 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**  (Elencar pelo menos5(CINCO) títulos que contribuam para o curso, atentando para que sejam disponibilizados dois exemplares de cada um desses títulos na biblioteca ou acesso virtual).  Vide observação sobre coleções de volumes no item anterior. | | |

Para as indicações das BIBLIOGRAFIAS:

- Indicar livros recentes e/ou as obras de referência da área **atualizadas** e disponíveis (não colocar edições esgotadas)

- Adotar uma padronização única, com sobrenomes dos autores em maiúscula, nomes dos autores sem abreviações, títulos dos livros em destaque (negrito) e subtítulos sem destaque (ABNT/NBR 6023). Não esquecer de indicar o ano da edição (e cuidar que este seja o mais recente possível).*Sugerimos a colaboração do bibliotecário-documentalista do campus no que se refere à indicação de bibliografiaatualizada da área e verificação das possibilidades de aquisição.*

# METODOLOGIA

Neste curso, os componentes curriculares apresentam diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, podendo envolver: aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides/transparências, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas. Aulas práticas em laboratório. Projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, sociodramas, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada.

Além disso, prevê-se a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (**TIC**s), tais como: gravação de áudio e vídeo, sistemas multimídias, robótica, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, videoconferência, softwares, suportes eletrônicos, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ex.: Moodle).

A cada semestre, o professor planejará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula / conteúdo, de acordo as especificidades do plano de ensino.

# AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Conforme indicado na LDB – Lei 9394/96 - a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Da mesma forma, no IFSP é previsto pela “Organização Didática” que a avaliação seja norteada pela **concepção** formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia.

Assim, os componentes curriculares do curso prevêem que as avaliações terão caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo e serão obtidas mediante a utilização de vários **instrumentos**, tais como:

a. Exercícios;

b. Trabalhos individuais e/ou coletivos;

c. Fichas de observações;

d. Relatórios;

e. Autoavaliação;

f. Provas escritas;

g. Provas práticas;

h. Provas orais;

i. Seminários;

j. Projetos interdisciplinares e outros.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Ao longo do processo avaliativo, poderá ocorrer, também, a **recuperação paralela**, com propostas de atividades complementares para revisão dos conteúdos e discussão de dúvidas.

Os docentes deverão registrar no diário de classe, no mínimo, **dois instrumentos de avaliação**.

A avaliação dos componentes curriculares deve ser concretizada numa dimensão somativa, expressa por uma **Nota Final**, de 0 (zero) a 10 (dez), com frações de 0,5 (cinco décimos), - por bimestre, nos cursos com regime anual e, por semestre, nos cursos com regime semestral; à exceção dos estágios, trabalhos de conclusão de curso, atividades complementares/AACCs e disciplinas com características especiais.

Os **critérios de aprovação** nos componentes curriculares, envolvendo simultaneamente frequência e avaliação, para os cursos da Educação Superior de regime semestral, são a obtenção, no componente curricular, de nota semestral igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades. Fica sujeito a Instrumento Final de Avaliação o estudante que obtenha, no componente curricular, nota semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades. Para o estudante que realiza Instrumento Final de Avaliação, a média mínima de aprovação resultante da média aritmética entre a nota do Instrumento Final de Avaliação e a nota semestral é 5,0 (cinco), garantindo que a nota do Instrumento Final de Avaliação seja no mínimo 6,0 (seis).

É importante ressaltar que os critérios de avaliação na Educação Superior primam pela autonomia intelectual.

# DISCIPLINAS SEMI-PRESENCIAIS E/OU A DISTÂNCIA

Os cursos superiores **reconhecidos** do IFSP poderão introduzir em sua organização pedagógica e curricular a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial ou a distância.

Conforme a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial deverá respeitar o limite máximo de 20% da carga horária prevista para a integralização do respectivo curso.

O curso superior de xxxxxxx prevê em sua matriz curricular a existência de disciplinas na modalidade semipresencial, que está devidamente regulamentada pelo Ministério da Educação por meio da [Portaria n.º 4.059](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf), de 10 de dezembro de 2004, que autoriza aos cursos de graduação a oferecerem até 20% de sua carga horária total nesta modalidade. De acordo com a portaria emitida pelo MEC, são caracterizadas como atividades semipresenciais “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”.

No curso de xxxxxxx do IFSP – *Campus* xxxxxxxxx, as atividades semipresenciais totalizarão xxxx horas (xx%) da carga horária total do curso (xxxxx horas) nas disciplinas inclusas na Tabela 1.

***Tabela 1 – Disciplinas na Modalidade Semipresencial ou a Distância***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ***Nome da disciplina*** | ***Total de horas presenciais*** | ***Total de horas a distância*** | ***Percentual equivalente em relação ao curso*** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**Metodologia**

As disciplinas que possuem carga horária na modalidade semipresencial poderão utilizar diferentes formatos para sua execução e avaliação. É necessário sempre descrever antecipadamente o conteúdo, a forma de execução e avaliação e a carga horária relativa a cada uma das atividades.

O cronograma das atividades semipresenciais de cada disciplina deve ser livre, ou seja, deve respeitar as necessidades exigidas pelas atividades planejadas. Sendo assim, poderá haver disciplinas que possuam atividades semipresenciais de periodicidade semanal, e outras que possuam periodicidade bimestral, por exemplo. Da mesma maneira, será possível que ocorram disciplinas que trabalhem com várias atividades semipresenciais isoladas ao longo do semestre, e outras disciplinas em que todas as atividades semipresenciais estão interconectadas de maneira a formar um projeto final.

O acompanhamento da realização da atividade também poderá variar de acordo com o tipo da atividade proposta. Considerando que as atividades na modalidade semipresencial possuem uma carga horária associada, o cumprimento ou não destas atividades por parte do aluno deve ser registrado no diário de classe, de maneira a manter o controle da frequência do mesmo na disciplina. Neste sentido, o cumprimento ou a entrega de uma atividade por parte do acadêmico será contabilizado como presença na carga horária específica destinada para aquela atividade, da mesma maneira que a presença física do aluno em uma aula tradicional também é contabilizada.

O processo de ensino-aprendizagem é permeado pela utilização de recursos tecnológicos como subsídio para as atividades pedagógicas, como videoaulas, plataforma Moodle, além da utilização de apostilas especialmente desenvolvidas para cada disciplina.

O professor-tutor modela e constrói atividades que são oferecidas ao aluno por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Cada atividade é constituída por vários objetos de aprendizagem e é intermediada pelo professor-tutor que é o principal responsável pela interação entre aluno-conhecimento.

Os conteúdos ministrados podem utilizar: recursos audiovisuais (videoaulas), atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem, como fóruns de discussões, chats, pesquisas, debates, tarefas, questionários, jogos, atividades e produções, e, quando disponível, videoconferências.

**Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS – no Processo de Ensino-Aprendizagem**

Os componentes curriculares semipresenciais deverão ser organizados incluindo-se métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação, podendo-se utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA e seus recursos. Neste caso, o professor responsável pela disciplina deverá assumir o papel de tutor.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA é um sistema formado por soluções integradas de gerenciamento de aprendizagem, conhecimento e conteúdos on-line, possuindo ferramentas que proporcionam a interação entre o aluno e os professores-tutores e entre seus demais colegas de curso, como os fóruns de discussão e chats, além de outras ferramentas colaborativas como o *wiki*, que permite a construção colaborativa de textos.

Por meio do AVA são disponibilizados aos alunos textos, videoaulas, fóruns, chats e atividades que deverão ser desenvolvidas no decorrer do semestre.

Com os questionários e realização de atividades, os alunos acompanham e avaliam o seu progresso no processo de ensino-aprendizagem.

A plataforma utilizada para o processo de ensino-aprendizagem é o *Moodle*. Este AVAconta com as principais funcionalidades disponíveis nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. É composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas funcionalidades, é possível dispor de recursos que permitem a interação e a comunicação entre o alunado e a tutoria, publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, administração de acessos e geração de relatórios.

**Material Didático Institucional**

O material de estudo das disciplinas a distância ou semipresenciais poderá ser composto por videoaulas, apostilas, questionários, textos complementares e demais objetos de aprendizagem.

***Videoaulas***

As gravações das videoaulas são realizadas de acordo com a organização das disciplinas em cada módulo/semestre. Os vídeos têm como objetivo tornar a aula mais dinâmica e enfatizar alguns pontos essenciais de cada unidade de estudo.

***Apostilas***

As apostilas contêm o material de estudo de cada disciplina, podendo ser acompanhadas por videoaulas desenvolvidas pelos professores-tutores, entre outras atividades e materiais disponibilizados no AVA. Cada unidade da disciplina possui um questionário correspondente, sendo elaborado de acordo com os conteúdos das apostilas e videoaulas.

***Objetos de aprendizagem***

Objetos de aprendizagem são recursos didáticos que disponibilizam conteúdos interativos desenvolvidos por meios digitais como: jogos, simulações, animações, apresentações e qualquer outro recurso que possa ser reutilizado para fins educacionais.

**Avaliação**

A avaliação se constitui em um processo contínuo, sistemático e cumulativo, composto por uma gama de atividades avaliativas, tais como: pesquisas, atividades, exercícios e provas, articulando os componentes didáticos (objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, recursos didáticos) e permitindo a unidade entre teoria e prática e o alcance das competências e habilidades previstas. Compete aos professores-tutores adequar técnicas e instrumentos avaliativos às peculiaridades do ensino a distância, com foco nos conteúdos desenvolvidos na sala virtual, nos encontros presenciais e pelo aluno por meio do autoestudo.

As avaliações e atividades práticas ou de laboratório das disciplinas a distância ou semipresenciais são, obrigatoriamente, presenciais.

A Nota Final do componente curricular poderá ser composta por avaliações presenciais e atividades realizadas por meio do ambiente virtual, propostas pelo professor responsável pela disciplina (pesquisas, trabalhos, debates, fóruns de discussões, tarefas, questionários e produções textuais).

Nas disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial ou a distância é obrigatória a realização de pelo menos uma avaliação presencial, que deverá possuir peso maior na contabilização da Nota Final.

**Atividades de Tutoria**

Nas disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial ou a distância os professores além de desenvolverem atividades presenciais com seus alunos, também deverão assumir o papel de tutor, acompanhando, avaliando e desenvolvendo atividades no AVA.

O papel da tutoria na modalidade EaD é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Ele deve acompanhá-lo quanto ao entendimento dos conteúdos propostos, desenvolvimento de atividades e outros aspectos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem

Os professores responsáveis por disciplinas semipresenciais ou a distância deverão possuir capacitação ou ser capacitados para a utilização das TICs, como, por exemplo, manipulação de arquivos, acesso à Internet, uso de Ambiente Virtual de   
Aprendizagem.

A Pró-Reitoria de Ensino – PRE disponibiliza por meio da Diretoria de Educação a Distância apoio para o desenvolvimento de materiais, recursos didáticos e capacitação.

**Infraestrutura**

Para desenvolvimento de cursos semipresenciais ou a distância a infraestrutura mínima necessária deverá ser observada. Deverão ser disponibilizados laboratórios de informática equipados com conexão à Internet e verificada a disponibilidade da plataforma Moodle para utilização do *campus*, e de técnicos de TI do *campus* para apoio.

Assim, recomenda-se que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação de seu *campus* seja consultada antes da elaboração do Projeto.

No caso de *campus* que ainda não possua a infraestrutura de plataforma e administração do Moodle, uma solicitação de análise de viabilidade técnica deverá ser encaminhada à PRE, que, por meio da Diretoria de EaD e sua equipe de especialistas, avaliará a possibilidade de implementação da disciplina e/ou curso.

# TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se numa atividade curricular, de natureza científica, em campo de conhecimento que mantenha correlação direta com o curso. Deve representar a integração e a síntese dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, expressando domínio do assunto escolhido.

Assim, os objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso são:

- consolidar os conhecimentos construídos ao longo do curso em um trabalho de pesquisa ou projeto;

- possibilitar, ao estudante, o aprofundamento e articulação entre teoria e prática;

- desenvolver a capacidade de síntese das vivências do aprendizado.

*Para cursos que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade, o TCC é opcional. Se for previsto no PPC, será item de avaliação no Reconhecimento de curso.*

*Neste item deve-se definir as normas e os mecanismos efetivos de acompanhamento, coordenação e de cumprimento do trabalho de conclusão de curso, especificando:*

1. *CARGA HORÁRIA: estipular um número de horas específico, destinado ao trabalho do aluno, que será acrescido à carga horária mínima prevista para as disciplinasdo curso;*
2. *FORMAS DE APRESENTAÇÃO: de acordo com a natureza da área profissional do curso e do tema escolhido, o TCC poderá ser desenvolvido sob a forma de monografia, artigo científico, análise de caso, projeto, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, programas computacionais, entre outros. Pode-se, também, prever uma apresentação pública do TCC.*
3. *ORIENTAÇÃO*
4. *COORDENAÇÃO*
5. *AVALIAÇÃO*

# 

# ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado é considerado o ato educativo supervisionado envolvendo diferentes atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho, que visa àpreparação para o trabalho produtivo do educando, relacionado ao curso que estiver frequentando regularmente. Assim, o estágio objetiva o aprendizado de competências próprias da atividadeprofissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vidacidadã e para o trabalho.

Para realização do estágio, deve ser observado o Regulamento de Estágio do IFSP, [Portaria nº. 1204, de 11 de maio de 2011](http://prc.ifsp.edu.br/prcV1/ArquivosDownloads/Mai_Port_1204_aprova_regulamento_de_estagio.pdf)*,*elaborada em conformidade com a Lei do Estágio (Nº 11.788/2008), dentre outras legislações, para sistematizar o processo de implantação, oferta e supervisão de estágios curriculares.

*Para alguns cursos (Licenciaturas/Bacharelados), o estágio supervisionado é componente curricular obrigatório, sendo uma das condições para o aluno estar apto a colar grau e ter direito ao diploma. Este estágio, que é de caráter individual, deverá estar integrado com o curso, com a finalidade básica de colocar o aluno em diferentes níveis de contato com sua realidade de trabalho.*

*Neste PPC deverá constar a regulamentação do estágio curricular supervisionado, explicitanto se é OBRIGATÓRIO ou FACULTATIVO (de acordo com as diretrizes curriculares do curso) e indicando:*

1. *CARGA HORÁRIA:*
2. *ACOMPANHAMENTO e ORIENTAÇÃO:*
3. *SUPERVISÃO:*
4. *COORDENAÇÃO:*
5. *FORMAS DE APRESENTAÇÃO: Fichas de Acompanhamento, Registros, Projetos, Relatórios Parciais, Relatório Final…*
6. *CONVÊNIOS: previsão / existência- locais onde o estágio poderá ser realizado.*

**\*** *Para a Licenciatura*: - 400 horas de estágio curricular obrigatório, a ser realizado em escolas de Educação Básica, a partir do início da segunda metade do curso*. (Os alunos que exerçam atividade docente regular poderão ter redução da carga horária do estágio até o máximo de 200 horas.) –Conforme Resolução* [*CNE/CP 2/2002*](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf)

- prever convênios ou ações que promovam a integração com a rede pública, com abrangência e consolidação (obrigatório).

*\* As atividades realizadas no âmbito do Programa de Bolsa Ensino, assim como as atividades de pesquisa e extensão (exceto para as Licenciaturas) podem ser validadas como estágio, desde que estejam previstas neste PPC e se não sejam computadas como Atividades Complementares ou AACC.*

# ATIVIDADES COMPLEMENTARES*(Para tecnologias e Bacharelados quando estiverem previstas…)*

*Para os cursos que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem obrigatoriedade, as Atividades Complementares são opcionais. Se forem previstas no PPC, serão item de avaliação no Reconhecimento de Curso.*

As Atividades Complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social do cidadão e permitindo, no âmbito do currículo, o aperfeiçoamento profissional, agregando valor ao currículo do estudante. Frente à necesidade de se estimular a prática de estudos independentes, tranversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional, as atividades complementares visam uma progressiva autonomia intelectual, em condições de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, para colocá-los em prática e dar respostas originais e criativas aos desafios profissionais e tecnológicos.

As atividades complementares (explicitar se são OBRIGATÓRIAS ou OPTATIVAS…)podem ser realizadas ao longo de todo o do curso de graduação, durante o período de formação, totalizando XXXXhoras, a serem incorporadas na integralização da carga horária do curso.

Para ampliar as formas de aproveitamento, assim como estimular a diversidade destas atividades, apresentamos a seguir uma tabela com algumas possibilidades de realização e a respectiva regulamentação:

*Exemplo:*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Atividade | Carga horária máx. por cada atividade | Carga horária máxima no total | Documento comprobatório |
| Disciplina de outro curso ou instituição | - | 40 h | Certificado de participação, com nota e frequência. |
| Eventos científicos: congresso, simpósio, seminário, conferência, debate, *workshop*, jornada, fórum, oficina, etc. | 6 h | 30 h | Certificado de participação |
| Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e/ou complementação de estudos | - | 40 h | Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso |
| Seminário e/ou palestra | 4 h | 20 h | Certificado de participação |
| Visita Técnica | - | 10 h | Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita. |
| Ouvinte em defesa de TCC, monografia, dissertação ou tese | - | 5 h | Relatório com assinatura e carimbo do responsável. |
| Pesquisa de Iniciação Científica, estudo dirigido ou de caso | - | 40 h | Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável. |
| Desenvolvimento de Projeto Experimental | - | 40 h | Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do orientador. |
| Apresentação de trabalho em evento científico | - | 40 h | Certificado |
| Publicação de resumo em anais ou de artigo em revista científica | - | 20 h | Cópia da publicação |
| Pesquisa bibliográfica supervisionada | - | 20 h | Relatório aprovado e assinado pelo supervisor |
| Resenha de obra recente na área do curso | - | 10 h | Divulgação da resenha |
| Assistir a vídeo, filme, recital peça teatral, apresentação musical, exposição, mostra, *workshop*, feira, etc. | 02 h | 10 h | Ingresso ou comprovante e breve apreciação |
| Campanha e/ou trabalho de ação social ou extensionista como voluntário | - | 30 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Resenha de obra literária | 02 h | 10 h | Divulgação da resenha |
| Monitoria | - | 40 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Plano de intervenção | - | 20 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Docência em mini-curso, palestra e oficina | - | 20 h | Relatório das atividades desenvolvidas e declaração. |
| Representação Estudantil | - | 20 h | Declaração da instituição |
| Participação em Grêmio Estudantil/ Centro Acadêmico | - | 10 h | Declaração da instituição |
| ACRESCENTAR OUTRAS POSSIBILIDADES… |  |  |  |

*\* Outras atividades que não estiverem relacionadas poderão analisadas*

*pelo Colegiado de Curso ou pelo Coordenador para validação.*

# 13. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS - AACC (PARA AS LICENCIATURAS)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais têm como objetivo complementar e ampliar a formação do futuro educador, proporcionando-lhe a oportunidade de sintonizar-se com a produção acadêmica e científica relevante para sua área de atuação, assim como com asmais diferentes manifestações culturais. Assim, enriquecem o processo de aprendizagemdo futuro professor e sua formação social e cidadã, permitindo, no âmbito do currículo, o aperfeiçoamento profissional, ao estimular a prática de estudos e atividades independentes, tranversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização. Com isso, visa a progressiva autonomia intelectual, para proporcionar condições de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, e colocá-los em prática na sua atuação pedagógica.

Na estrutura curricular do curso de licenciatura constam 200 horas destinadas à realização dasAtividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs), em conformidade com a[Resolução CNE/CP, de 19/02/2002](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf). Assim, as AACCs são OBRIGATÓRIAS e devem ser realizadas ao longo de todo o do curso de licenciatura, durante o período de formação, sendo incorporadas na integralização da carga horária do curso.

Para ampliar as formas de aproveitamento, assim como estimular a diversidade destas atividades, apresentamos uma tabela com algumas possibilidades de realização e a respectiva regulamentação:

*Exemplo:*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Atividade | Carga horária máx. por cada atividade | Carga horária máxima no total | Documento comprobatório |
| Disciplina de outro curso ou instituição | - | 40 h | Certificado de participação, com nota e frequência. |
| Eventos científicos: congresso, simpósio, seminário, conferência, debate, *workshop*, jornada, fórum, oficina, etc. | 6 h | 30 h | Certificado de participação |
| Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e/ou complementação de estudos | - | 40 h | Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso |
| Seminário e/ou palestra | 4 h | 20 h | Certificado de participação |
| Visita Técnica | - | 10 h | Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita. |
| Ouvinte em defesa de TCC, monografia, dissertação ou tese | - | 5 h | Relatório com assinatura e carimbo do responsável. |
| Pesquisa de Iniciação Científica, estudo dirigido ou de caso | - | 40 h | Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável. |
| Desenvolvimento de Projeto Experimental | - | 40 h | Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do orientador. |
| Apresentação de trabalho em evento científico | - | 40 h | Certificado |
| Publicação de resumo em anais ou de artigo em revista científica | - | 20 h | Cópia da publicação |
| Pesquisa bibliográfica supervisionada | - | 20 h | Relatório aprovado e assinado pelo supervisor |
| Resenha de obra recente na área do curso | - | 10 h | Divulgação da resenha |
| Assistir a vídeo, filme, recital peça teatral, apresentação musical, exposição, mostra, *workshop*, feira, etc. | 02 h | 10 h | Ingresso ou comprovante e breve apreciação |
| Campanha e/ou trabalho de ação social ou extensionista como voluntário | - | 30 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Resenha de obra literária | 02 h | 10 h | Divulgação da resenha |
| Monitoria | - | 40 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Plano de intervenção | - | 20 h | Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável. |
| Docência em mini-curso, palestra e oficina | - | 20 h | Relatório das atividades desenvolvidas e declaração. |
| Representação Estudantil | - | 20 h | Declaração da instituição |
| **ACRESCENTAR OUTRAS POSSIBILIDADES**  **específicas para a Licenciatura…** |  |  |  |

*\* Outras atividades que não estiverem relacionadas poderão analisadas*

*pelo Colegiado de Curso ou pelo Coordenador para validação.*

# 

**Deve-se, também, explicitar como as AACCs serão acompanhadas, supervisionadas e validadas, utilizando-se, no mínimo, uma ficha individual para cada estudante (o modelo desta ficha/formulário de acompanhamento das AACC pode vir anexado ao projeto). O acompanhamento pode ser realizado por um docente designado pelo coordenador do curso.**

# ATIVIDADES DE PESQUISA

A pesquisa científica desenvolvida no IFSP tem osseguintes princípios norteadores: sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional;função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;atendimento às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;comprometimento com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade.

Essa pesquisa acadêmica é desenvolvida através de grupos de trabalho, nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de uma ou mais linhas de investigação de uma área do conhecimento.A participação dos discentes nesses grupos,através do Programa de Iniciação Científica, ocorre de duas formas: com bolsa institucional ou voluntariamente.

O fomento à produção intelectual de pesquisadores, resultante das atividades de pesquisa e inovação do IFSP é regulamentado pela [Portaria nº 2.777, de 10 de outubro de 2011](http://www.inovaifsp.com.br/inovaifsp/imagesInova/Arquivos/portaria_2777.pdf) e pela [Portaria nº 3.261, de 06 de novembro de 2012.](http://www.inovaifsp.com.br/inovaifsp/imagesInova/Arquivos/Nov_Port_3261_Altera%20port%202777_PRP.pdf)

# ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, enseja a relação transformadora entre o IFSP e a sociedade. Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam a comunidades interna e externa.

As ações de extensão são uma via de mão dupla por meio da qual a sociedade é beneficiada através da aplicação dos conhecimentos dos docentes, discentes e técnicos-administrativos e a comunidade acadêmica se retroalimenta, adquirindo novos conhecimentos para a constante avaliação e revigoramento do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar, portanto, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular. São exemplos de atividades de extensão: eventos, palestras, cursos, projetos, encontros, visitas técnicas, entre outros.

A natureza das ações de extensão favorece o desenvolvimento de atividades que envolvam a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, conforme exigência da Resolução CNE/CP nº 01/2004, além da Educação Ambiental, cuja obrigatoriedade está prevista na Lei 9.795/1999.

**Documentos Institucionais:**

Portaria nº 3.067, de 22 de dezembro de 2010 – Regula a oferta de cursos e palestras de Extensão.

Portaria nº 3.314, de 1º de dezembro de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes relativas às atividades de extensão no IFSP.

Portaria nº 2.095, de 2 de agosto de 2011 – Regulamenta o processo de implantação, oferta e supervisão de visitas técnicas no IFSP.

# CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O estudante terá direito a requerer aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras instituições de ensino superior ou no próprio IFSP, desde que realizadas com êxito, dentro do mesmo nível de ensino, e cursadas a menos de 5 (cinco) anos. Estas instituições de ensino superior deverão ser credenciadas, e os cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser elaborado por ocasião da matrícula no curso, para alunos ingressantes no IFSP, ou no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, para os demais períodos letivos. O aluno não poderá solicitar aproveitamento de estudos para as dependências.

O estudante deverá encaminhar o pedido de aproveitamento de estudos, mediante formulário próprio, individualmente para cada uma das disciplinas, anexando os documentos necessários, de acordo com o estabelecido na [Organização Didática do IFSP](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html)(resolução 859, de 07 de maio de 2013):

O aproveitamento de estudo será concedido quando o conteúdo e carga horária da(s) disciplina(s) analisada(s) equivaler(em) a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da disciplina para a qual foi solicitado o aproveitamento. Este aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras instituições não poderá ser superior a 50% (cinqüenta por cento) da carga horária do curso.

Por outro lado, de acordo com a indicação do parágrafo 2º do Art. 47º da LDB (Lei 9394/96), “os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.” Assim, prevê-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências que os estudantes já adquiriram, que poderão ser comprovados formalmente ou avaliados pela Instituição, com análise da correspondência entre estes conhecimentos e os componentes curriculares do curso, em processo próprio, com procedimentos de avaliação das competências anteriormente desenvolvidas.

# APOIOAO DISCENTE(Sugere-se:)

De acordo com a LDB (Lei 9394/96, Art. 47, parágrafo 1º),a instituição (no nosso caso, o*campus*) deve disponibilizar aos alunos as informações dos cursos: seus programas e componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Da mesma forma, é de responsabilidade do *campus* a divulgação de todas as **informações acadêmicas** do estudante, a serem disponibilizadas na forma impressa ou virtual (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010).

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer ao estudante oacompanhamento e os instrumentais necessários para iniciar e prosseguir seus estudos. Dessa forma, serão desenvolvidas ações afirmativas de caracterização e constituição do perfil do corpo discente, estabelecimento de hábitos de estudo, de programas de apoio extraclasse e orientação psicopedagógica, de atividades propedêuticas ( “nivelamento”) e propostas extracurriculares, estímulo à permanência e contençãoda evasão, apoio à organização estudantil e promoção da interação e convivência harmônica nos espaços acadêmicos, dentre outras possibilidades.

A caracterização do perfil do corpo discente poderá ser utilizada como subsídio para construção de estratégias de atuação dos docentes que irão assumir as disciplinas, respeitando as especificidades do grupo, para possibilitar a proposição de metodologias mais adequadas à turma.

Para as ações propedêuticas, propõe-se atendimento em sistema de plantão de dúvidas, monitorado por docentes, em horários de complementação de carga horária previamente e amplamente divulgados aos discentes. Outra ação prevista é a atividade de estudantes de semestres posteriores na retomada dos conteúdos e realização de atividades complementares de revisão e reforço.

O apoio psicológico, social e pedagógico ocorre por meio do atendimento individual e coletivo, efetivado pelo **Serviço Sociopedagógico**: equipe multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, psicólogo e TAE, que atua tambémnos projetos de contenção de evasão, na **Assistência Estudantil** e **NAPNE** (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), numa perspectiva dinâmica e integradora. Dentre outras ações, o Serviço Sociopedagógico fará oacompanhamento permanente do estudante, a partir de questionários sobre os dados dos alunos e sua realidade,dos registros de frequência e rendimentos / nota, além de outros elementos. A partir disso, o Serviço Sociopedagógico deve propor intervenções e acompanhar os resultados, fazendo os encaminhamentos necessários.

# AVALIAÇÃO DO CURSO

O planejamento e a implementação do projeto do curso, assim como seu desenvolvimento, serão avaliados no *campus*, objetivando analisar as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes, desde a adequação do currículo e a organização didático-pedagógica até as instalações físicas.

Para tanto, será assegurada a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, e outras possíveis representações.Serão estabelecidos instrumentos, procedimentos, mecanismos e critérios da avaliação institucional do curso, incluindo autoavaliações.

Tal avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão.

Para isso, conta-se também com a atuação, no IFSP e no *campus*, especificamente, da **CPA – Comissão Permanente de Avaliação**[[1]](#footnote-2), com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além disso, serão consideradas as avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e eficácia do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias, a serem implementadas.

# EQUIPE DE TRABALHO

**19.1. Núcleo Docente Estruturante**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação,com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, conforme a [Resolução CONAES No  01, de 17 de junho de 2010](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view=article). A constituição, as atribuições, o funcionamento e outras disposições são normatizadas pela[Resolução IFSP n°833, de 19 de março de 2013](http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/320-2013.html).

Sendo assim, o NDE constituído inicialmente para elaboração e proposição deste PPC, conforme a Portaria de nomeação nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ é:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome do professor** | **Titulação** | **Regime de Trabalho** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

**19.2. Coordenador(a) do Curso**

*Conforme determina a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010:*

Art. 3o. As Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

I - ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

*De acordo com a Resolução IFSP nº 833/2013:*

**Art.4°.** 0 NDE sera constituido por:

I. Coordenador do Curso como seu presidente;

II. Pelo menos 20% do corpo docente que ministra disciplinas no curso.

§2º. A indicação dos representantes docentes sera feita pelo Colegiado de Curso, quando este estiver constituído, para urn mandato de 03 (tres) anos, com possibilidade de recondução.

**Art.5°.** 0 Diretor-Geral de cada *campus,* por delegação do Reitor, emitirá portaria nomeando os membros do NDE indicados pelo Colegiado do Curso.

As Coordenadorias de Cursos e Áreas são responsáveis por executar atividades relacionadas com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, nas respectivas áreas e cursos. Algumas de suas atribuições constam da “Organização Didática” do IFSP.

Para este Curso Superior de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a coordenação do curso será realizada por:

Nome:

Regime de Trabalho:

Titulação:

Formação Acadêmica:

Tempo de vínculo com a Instituição:

Experiência docente e profissional: “minicurrículo”

**19.3. Colegiado de Curso**

O Colegiado de Curso é órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP, responsável pela discussão das políticas acadêmicas e de sua gestão no projeto pedagógico do curso. É formado por professores, estudantes e técnicos-administrativos.

Para garantir a **representatividade dos segmentos**, será composto pelos seguintes membros:

1. Coordenador de Curso (ou, na falta desse, pelo Gerente Acadêmico), que será o presidente do Colegiado.
2. No mínimo, 30% dos docentes que ministram aulas no curso.
3. 20% de discentes, garantindo pelo menos um.
4. 10% de técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos, garantindo pelo menos um;

Os incisos I e II devem totalizar 70% do Colegiado, respeitando o artigo n.º 56 da LDB.

As competências e atribuições do Colegiado de Curso, assim como sua natureza e composição e seu funcionamento estão apresentadas na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº02/PRE, de 26 de março de 2010.

De acordo com esta normativa, a **periodicidade das reuniões** é, ordinariamente, duas vezes por semestre, e extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo seu Presidente, por iniciativa ou requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Os **registros** das reuniões devem ser lavrados em atas, a serem aprovadas na sessão seguinte e arquivadas na Coordenação do Curso.

As **decisões** do Colegiado do Curso devem ser encaminhadas pelo coordenador ou demais envolvidos no processo, de acordo com sua especificidade.

**19.4. Corpo Docente**

Elencar apenas os professores do *campus* que poderão atuar neste curso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome do Professor** | **Titulação** | **Regime de Trabalho** | **Área** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**19.5. Corpo Técnico-Administrativo / Pedagógico**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome do Servidor** | **Formação** | **Cargo/Função** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

# BIBLIOTECA

Apresentar a Biblioteca do *Campus*, descrevendo as instalações físicas, espaço, organização, disponibilização do acervo, atendimento…

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ACERVO** | **Componente Curricular** | **Quantidade** |
| Livros da bibliografia básica |  |  |
|  |  |
|  |  |
| Livros da bibliografia complementar |  |  |
|  |  |
|  |  |
| Periódicos |  |  |
| Revistas |  |  |
| Jornais |  |  |
| Obras de referência |  |  |
| Vídeos |  |  |
| DVD |  |  |
| CD Rom's |  |  |
| Assinaturas eletrônicas |  |  |
| Outros |  |  |

20.1. Acervo por área do conhecimento

# INFRAESTRUTURA

**21.1. Infraestrutura Física**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Local** | **Quantidade Atual** | **Quantidade prevista até ano: \_\_\_\_\_\_** | **Área (m²)** |
| Auditório |  |  |  |
| Biblioteca |  |  |  |
| Instalações Administrativas |  |  |  |
| Laboratórios |  |  |  |
| Salas de aula |  |  |  |
| Salas de Coordenação |  |  |  |
| Salas de Docentes |  |  |  |
| Gabinetes de trabalho  para os professores |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

**21.2. Acessibilidade**

Indicar as condições de Acessibilidade do *campus*, conforme as “Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida” – Decreto nº 5.296/2004

OBS.: Esta questão é um REQUISITO LEGAL no processo de reconhecimento do curso.

**21.3. Laboratórios de Informática**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Equipamento** | **Especificação** | **Quantidade** |
| Computadores |  |  |
| Impressoras |  |  |
| Projetores |  |  |
| Retroprojetores |  |  |
| Televisores |  |  |
| Outros |  |  |

**21.4. Laboratórios Específicos**

Consultar o Catálogo Nacional para verificar as recomendações para cada Curso, e indicar cada um dos laboratórios específicos, com sua denominação e características / objetivos, apontando, para cada um...

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Equipamento** | **Especificação** | **Quantidade** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.

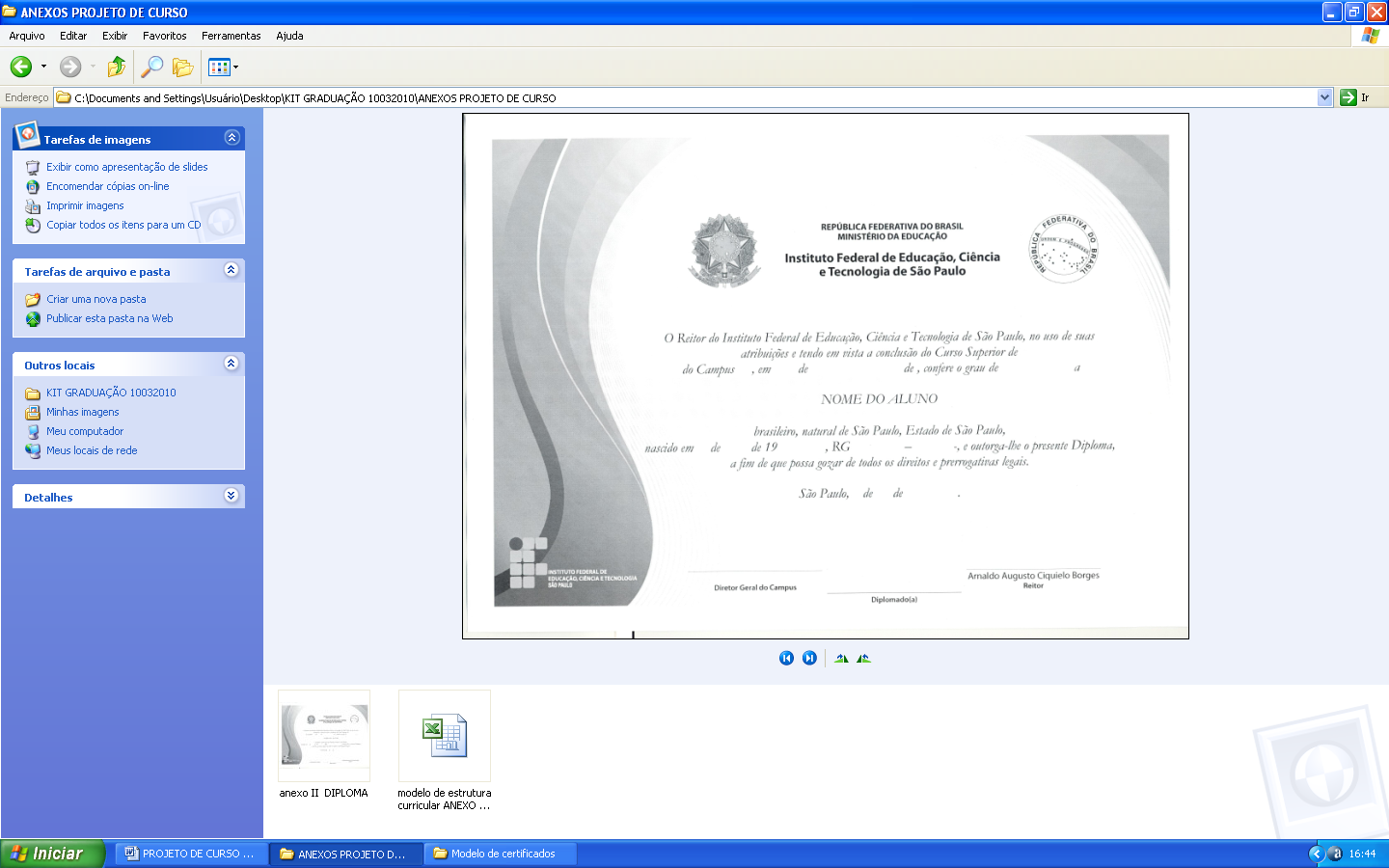
MATIAS, Carlos Roberto. **Reforma da Educação Profissional**: implicações da unidade – Sertãozinho do CEFET-SP. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, São Paulo, 2004.

PINTO, G. T. **Oitenta e Dois Anos Depois:** relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre. UNISA, São Paulo, 2008.

Completar com outras referências citadas no projeto, se houver…

1. **MODELOS**

# MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS



**FICHA PARA CADASTRO INICIAL DO CURSO NO e-MEC**

Curso: ( ) Superior de TECNOLOGIA

( ) LICENCIATURA

( ) BACHARELADO

Nome do Curso: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Campus: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data de início de funcionamento: \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(semestre/ano)*

Integralização: \_\_\_\_\_\_\_ anos *ou*\_\_\_\_\_\_\_ semestres

Periodicidade: ( ) semestral ( ) anual

Carga horária mínima: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ horas

Turno(s) de oferta: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

( ) Integral \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Vagas ofertadas por semestre: \_\_\_\_\_\_\_\_\_

Total de Vagas ofertadas anualmente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Dados do Coordenador(a) do curso:

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*OBS.: Quando houver qualquer alteração em um destes dados, especialmente em relação ao Coordenador do Curso, é preciso comunicar a PRE para que seja feita a alteração no e-MEC.*

**PRE** - Cadastro realizado em: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Ass.:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

1. Nos termos do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Permanente de Avaliação (CPA). [↑](#footnote-ref-2)